

Falta de quorum ainda ameaça orçamento

A falta de quorum ainda ameaça o Orçamento Geral da União para o próximo ano. Ao receber, às 18h50 de ontem, o relatório da Comissão Mista de Orçamento, o presidente do Congresso Nacional e do Senado, Humberto Lucena, fez um apelo para que os parlamentares permaneçam em Brasília e dêem quorum para a sessão das 18h30 de hoje (feriado na cidade), para que tenham início as discussões e, eventualmente, até haja a votação da proposta orçamentária.

Segundo Lucena, a União ainda corre o risco de não ter orçamento para começar 1989 e ficar na dependência de o Legislativo aprovar cada gasto a partir de 1º de janeiro. A sessão do Congresso exige presença mínima de 12 senadores e 86 deputados.

Estratégia

O presidente do Congresso marcou reunião para hoje, às 11h00, em seu gabinete, para definir a estratégia de votação do orçamento no plenário. Lucena não

descartou a hipótese de parlamentares mais ligados ao Executivo recorrerem à tática de obstrução sistemática da votação, por falta de quorum. A votação de destaques de emendas depende do quorum de 244 deputados e 37 senadores.

O Governo entra em desvantagem nas questões mais polêmicas, como a rolagem da dívida dos Estados e municípios e corte brusco dos financiamentos às exportações e à agropecuária. O pedido de destaque de emendas no plenário exige assinatura de um terço dos senadores e um terço dos deputados. Segundo o deputado Israel Pinheiro, não dá mais tempo para mobilização dos grupos descontentes com o parecer do relator da comissão.

Votação

Se houver presença para a sessão de hoje à noite, Lucena pretende colocar em votação o Orçamento da União, neste final de semana. Após a manifestação mínima de 4 senadores e 6 deputados, o Congresso Nacional pode encerrar a fa-

se de discussões e começar a votação da programação financeira da União.

Caso as viagens dos parlamentares frustrem as sessões desta semana, o Congresso terá que trabalhar a toque de caixa, na terça-feira próxima, sob pena de passar atestado de incompetência por deixar o Executivo sem orçamento para começar o ano que vem. O senador Humberto Lucena considera dia 15, o prazo fatal para o encaminhamento da lei orçamentária à sanção do presidente José Sarney.

Sem comentário

“O ministro (Máílson da Nóbrega) não se manifestou sobre o assunto e nem vai se manifestar”. Esta foi a lacônica informação prestada, ontem à noite, pelo assessor de Imprensa do Ministério da Fazenda, jornalista Geraldo Moura, após ser consultado por telefone, pelo JBr, sobre a opinião do ministro a respeito da proposta de rolagem da dívida externa dos Estados e municípios.